

**Texto I para responder às questões de 01 a 15.**

Pasmo sempre quando acabo qualquer coisa. Pasmo e desolo-me. O meu instinto de perfeição deveria inibir-me de acabar; deveria inibir-me até de dar começo. Mas distraio-me e faço. O que consigo é um produto, em mim, não de uma aplicação de vontade, mas de uma cedência dela. Começo porque não tenho força para pensar; acabo porque não tenho alma para suspender. Este livro é a minha cobardia.

A razão por que tantas vezes interrompo um pensamento com um trecho de paisagem, que de algum modo se integra no esquema, real ou suposto, das minhas impressões, é que essa paisagem é uma porta por onde fujo ao conhecimento da minha impotência criadora. Tenho a necessidade, em meio das conversas comigo que formam as palavras deste livro, de falar de repente com outra pessoa, e dirijo-me à luz que paira, como agora, sobre os telhados das casas, que parecem molhados de tê-la de lado; ao agitar brando das árvores altas na encosta citadina, que parecem perto, numa possibilidade de desabamento mudo; aos cartazes sobrepostos das casas ingremadas, com janelas por letras onde o sol morto doira goma húmida.

Por que escrevo, se não escrevo melhor? Mas que seria de mim se não escrevesse o que consigo escrever, por inferior a mim mesmo que nisso seja? Sou um plebeu da aspiração, porque tento realizar; não ousa o silêncio como quem receia um quarto escuro. Sou como os que prezam a medalha mais que o esforço, e gozam a glória na peliça [...].

Escrever, sim, é perder-me, mas todos se perdem, porque tudo é perda. Porém eu perco-me sem alegria, não como o rio na foz para que nasceu incógnito, mas como o lago feito na praia pela maré alta, e cuja água sumida nunca mais regressa ao mar.

(PESSOA, Fernando. *Livro do Desassossego: composto por Bernardo Soares, ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa. Org. Richard Zenith. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.*)

**01)** A partir da leitura do texto, julgue os itens abaixo.

- I. O sujeito que se apresenta pelo texto afirma que, em virtude de seu espírito de perfeição, ele jamais inicia ou termina alguma coisa.
- II. Durante o ato de escrita, o sujeito tem a necessidade de falar com outra pessoa que não consigo mesmo.
- III. O ato de escrita, para esse sujeito, é um processo penoso e triste, onde ele se perde e se sente isolado do mundo.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- a) I, II e III.
- b) II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.

**02)** Considerando o contexto em que foi aplicada, a palavra “cedência” (1º§) tem o sentido de

- a) “cadência”, já que o sujeito que fala no texto diz que o que produz é inacabado, fruto de um ritmo descompassado.
- b) “cessão”, uma vez que o sujeito enunciador afirma não ter vontade de começar qualquer coisa, mas cede à vontade.
- c) “necessidade”, pois o protagonista coloca que suas vontades são inatas à sua perfeição e, por isso, se fazem necessárias.
- d) “renúncia”, pois o narrador postula escolher suas obrigações em detrimento de seus desejos, o que o obriga a renunciá-los.

**03)** Preencha as lacunas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta.

No trecho “... aos cartazes sobrepostos das casas ingremadas, com janelas por letras onde o sol morto doira goma húmida” (2º§), as palavras sublinhadas podem ser entendidas por suas estruturas e contexto em que se inserem, significando, respectivamente \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_.

- a) gramadas / úmida
- b) geminadas / úmida
- c) sem gramado / umedecida
- d) íngremes / um pouco molhada

**04)** Avalie as afirmativas abaixo acerca de itens coesivos presentes no texto.

- I. Em “Este livro...” (1º§) o termo em destaque se refere ao próprio livro em que o texto foi colocado, uma vez que ele está “próximo”.
- II. No trecho “A razão por que tantas...” (2º§) a parte destacada, em verdade, cumpre o sentido da conjunção “porque”.
- III. Em “Porém eu perco-me...” e “mas como...” (4º§) os termos em destaque poderiam ser permutados sem ocasionar perda de sentido para o texto.

Estão corretas as afirmativas

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.

**05)** No processamento desse texto, deve-se recorrer, para compreender os meios coesivos utilizados, ao sistema de conhecimento

- a) enciclopédico.
- b) interacional.
- c) linguístico.
- d) ilocucional.

**06)** No último parágrafo do texto, o autor afirma que escrever é perder-se e, depois, apresenta uma

- a) comparação entre esse ato e a água, para exemplificar como ele se “perde”.
- b) conclusão de que o “perde-se” é como a água do rio, dela não há regresso.
- c) inferência acerca da relação entre “perde-se” e o lago feito pela maré alta.
- d) hipótese de que a “perda” é como um rio que segue seu curso até a foz.

**07)** Em “...é que essa paisagem é uma porta por onde fujo ao conhecimento da minha impotência criadora”, a palavra destacada tem como sinônimo:

- a) esconderijo.
- b) passagem.
- c) recurso.
- d) morada.

**08)** Assinale a alternativa onde o verbo **não** segue a mesma regra de regência dos demais, considerando seus contextos

- a) falar (2º§).
- b) ousar (3º§).
- c) interrompo (2º§).
- d) escrevesse (3º§).

**09)** O pronome “-la”, em “tê-la” (2º§), se refere a

- a) luz.
- b) falar.
- c) pessoa.
- d) telhados.

**10)** “Pasmo sempre quando acabo qualquer coisa. Pasmo e desolo-me. O meu instinto de perfeição deveria inibir-me de acabar.”

Como ficariam as palavras destacadas no trecho acima, mantendo a coerência estilística do autor e o mesmo tempo verbal, caso seu sujeito fosse a primeira pessoa do plural?

- a) Pasmamos / acabamos / desolamo-nos / nosso / inibirmo-nos / acabar.
- b) Pasmemos / acabemos / desolemo-nos / nosso / inibamo-nos / acabemos.
- c) Pasmávamos / acabávamos / desolávamo-nos / meu / inibir-nos / acabar.
- d) Pasmaremos / acabaremos / desolar-nos-emos / meu / inibir-nos-emos / acabaremos.

- 11) “A razão por que tantas vezes interrompo um pensamento com um trecho de paisagem, que de algum modo se integra no esquema, real ou suposto, das minhas impressões...” (2º§) as vírgulas que separam “real ou suposto” encontram a mesma correspondência de utilização em:
- Larissa, me procure, após sua aula.
  - Cuidado, Matheus, para não se machucar.
  - Em minha cidade, Florianópolis, o sol brilha.
  - César, antes de ir à aula, passa na casa da avó.
- 12) Preencha as lacunas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta.
- O aspecto tipológico ao qual está filiado esse texto é o \_\_\_\_\_. Assim, através do \_\_\_\_\_, ele representa, pelo discurso, experiências vividas.
- narrar / conto
  - relatar / ensaio
  - argumentar / artigo assinado
  - expor / relato oral de experiência
- 13) Com relação ao uso da crase em “*dirijo-me à luz*” (2º§), assinale a alternativa correta.
- Seu uso é estilístico, uma vez que o autor optou por usá-la para marcar tonicamente o artigo “a” e atribuir sonoridade ao trecho.
  - Em sua aplicação houve incorreção gramatical já que o termo “dirijo” não exige complemento, pois quem dirige, dirige alguma coisa.
  - Esse acento grave é utilizado para denotar o sujeito determinado no pronome demonstrativo “a”, como em “àqueles”.
  - Ela ocorre em virtude da junção da preposição solicitada pelo verbo “dirigir” com o artigo feminino admitido por “luz”.
- 14) Considere alguns usos da partícula “que”, na coluna da direita, e os classifique morfologicamente conforme a coluna da esquerda. A seguir, marque a alternativa que apresenta a classificação correta.
- |               |                                 |
|---------------|---------------------------------|
| (1) Pronome   | ( ) “O que consigo” (1º§).      |
| (2) Conjunção | ( ) “comigo que formam” (2º§).  |
|               | ( ) “Mas que seria” (3º§).      |
|               | ( ) “mais que o esforço” (3º§). |
- 2 – 1 – 1 – 2
  - 1 – 2 – 2 – 1
  - 2 – 1 – 2 – 1
  - 1 – 2 – 1 – 2
- 15) “Tenho a necessidade, em meio das conversas comigo que formam as palavras deste livro, de falar de repente com outra pessoa, e dirijo-me...” (2º§).
- Os sujeitos de “formam” e “dirijo”, no trecho acima, são, respectivamente:
- comigo e tenho.
  - conversas e eu.
  - meio e necessidade.
  - conversas e comigo.

**Texto II para responder às questões de 16 a 30.**

**Contra a mera “tolerância” das diferenças**

“É preciso tolerar a diversidade”. Sempre que me defronto com esse tipo de colocação, aparentemente progressista e bem intencionada, fico indignado. Não, não é preciso tolerar.

“Tolerar”, segundo qualquer dicionário, significa algo como “suportar com indulgência”, ou seja, deixar passar com resignação, ainda que sem consentir expressamente com aquela conduta.

“Tolerar” o que é diferente consiste, antes de qualquer coisa, em atribuir a “quem tolera” um poder sobre “o que tolera”. Como se este dependesse do consentimento daquele para poder existir. “Quem tolera” acaba visto, ainda, como generoso e benevolente, por dar uma “permissão” como se fosse um favor ou um ato de bondade extrema.

Esse tipo de discurso, no fundo, nega o direito à existência autônoma do que é diferente dos padrões construídos socialmente. Mais: funciona como um expediente do desejo de estigmatizar o diferente e manter este às margens da cultura hegemônica, que traça a tênue linha divisória entre o normal e o anormal.

Tolerar não deve ser celebrada e buscada nem como ideal político e tampouco como virtude individual. Ainda que o argumento liberal enxergue, na tolerância, uma manifestação legítima e até necessária da igualdade moral básica entre os indivíduos, não é esse o seu sentido recorrente nos discursos da política.

Com efeito, ainda que a defesa liberal-igualitária da tolerância, diante de discussões controversas, postule que se trate de um respeito mútuo em um cenário de imparcialidade das instituições frente a concepções morais mais gerais, isso não pode funcionar em um mundo marcado por graves desigualdades estruturais.

(QUINALHA, Renan. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2016/02/contra-a-mera-tolerancia-das-diferencas/>. Acesso em: 30/03/2016. Trecho.)

- 16) “No artigo de opinião, veiculado em revistas ou jornais, o conteúdo, geralmente, consta de acontecimentos de ordem política, econômica, social, histórica ou cultural, e raramente sobre acontecimentos ou vivências pessoais”.

(KOCH, Ingedore Vilaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006).

Assinale a alternativa que apresenta o trecho contraditório ao exposto no postulado acima.

- a) “Não, não é preciso tolerar.”
  - b) “É preciso tolerar a diversidade”.
  - c) “Sempre que me defronto com esse tipo de colocação...”
  - d) “Tolerar não deve ser celebrada e buscada nem como ideal político...”
- 17) Considerando apenas o título, pode se levantar a hipótese de que o texto
- a) defenderá a tolerância das “diferenças” e essa dedução se efetiva com os dados apresentados.
  - b) fará a defesa das “diferenças” em oposição a sua “tolerância”, o que é confirmado na leitura.
  - c) falará simplesmente das “diferenças”, mas essa antecipação não se confirma na leitura.
  - d) se debruçará sobre o vocábulo “tolerar”, o que fica evidente quando o termo é definido.
- 18) “Esse tipo de discurso ( ), no fundo, nega o direito à existência autônoma do que é diferente ( ) dos padrões construídos socialmente ( )”.
- A partir do ponto de vista da referenciação e do progresso referencial, classifique os referentes do trecho acima e, em seguida, marque a opção correta. (Alguns números podem ser utilizados mais de uma vez ou não serem utilizados).
- (1) Introdução
  - (2) Retomada
  - (3) Desfocalização
- a) 1 – 3 – 2
  - b) 2 – 1 – 3
  - c) 2 – 3 – 2
  - d) 1 – 3 – 3
- 19) Seria possível articular o segundo parágrafo ao terceiro, considerando possíveis adaptações sintáticas, mas mantendo-se o valor semântico da articulação, com o operador organizacional
- a) “Em segundo lugar”, que denota adição.
  - b) “Mais do que”, com valor de comparação.
  - c) “Em outras palavras”, que é metalinguístico.
  - d) “Com o propósito de”, com sentido de finalidade.

**20)** Julgue as assertivas abaixo, a partir das ideias apresentadas pelo texto.

- I. No terceiro parágrafo, o autor faz a defesa de que haja a hierarquização entre os que “toleram” em detrimento dos que são “tolerados”.
- II. Nos dois últimos parágrafos, há a explicação, onde é elucidada a relação entre o fato e a ideia defendidas pelo autor do texto.
- III. A última oração do texto é melhor compreendida quando o leitor assume uma atitude responsiva ativa diante dela.

Estão corretas as afirmativas

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.

**21)** Marque a alternativa que apresenta o mesmo valor semântico do contexto em que foi aplicada a expressão “Com efeito” (6º§).

- a) de fato.
- b) às vezes.
- c) em síntese.
- d) ao contrário.

**22)** Classifique as ideias do texto expostas abaixo com os pressupostos de interpretação a seguir. A seguir, assinale a alternativa que apresenta a classificação correta. (Alguns números podem ser utilizados mais de uma vez ou não serem utilizados).

- |                         |     |  |
|-------------------------|-----|--|
| (1) Fato                | ( ) | “‘Tolerar’ o que é diferente consiste, antes de qualquer coisa, em atribuir a “quem tolera” um poder sobre “o que tolera”. Como se este dependesse do consentimento daquele para poder existir”. |
| (2) Inferência do autor | ( ) | “‘Tolerar’, segundo qualquer dicionário, significa algo como “suportar com indulgência”, ou seja, deixar passar com resignação, ainda que sem consentir expressamente com aquela conduta”.       |
| (3) Opinião do autor    | ( ) | “Mais: funciona como um expediente do desejo de estigmatizar o diferente e manter este às margens da cultura”.   |
|                         | ( ) | “Tolerar não deve ser celebrada e buscada nem como ideal político e tampouco como virtude individual”.   |

- a) 3 – 2 – 2 – 3
- b) 1 – 1 – 3 – 2
- c) 2 – 1 – 3 – 3
- d) 2 – 1 – 2 – 3

**23)** Por certo, esse texto utiliza, como é comum, palavras e expressões que se modificam e têm seus sentidos mais aclarados conforme o contexto. Não foi aplicado com sentido conotativo, o verbete

- a) benevolente (3º§).
- b) margens (4º§).
- c) marcado (6º§).
- d) linha (4º§).

**24)** Assinale a alternativa que apresenta um trecho do texto em que o sujeito recebe a ação do verbo.

- a) “[...] Tolerar não deve ser celebrada e buscada [...]” (5º§).
- b) “[...] postule que se trate de um respeito mútuo [...]” (6º§).
- c) “[...] por dar uma ‘permissão’ como se fosse um favor [...]” (3º§).
- d) “[...] sem consentir expressamente com aquela conduta [...]” (2º§).

**25)** Segue o mesmo padrão de regência de “...o direito à existência” o exposto em

- a) nocivo a pessoas cardíacas.
- b) concordou em ir à rodoviária.
- c) concordará com os seus pais.
- d) estava ansioso para o concerto.

26) Preencha as lacunas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta.

A palavra \_\_\_\_\_ segue a mesma regra ortográfica de “estigmatizar” (4º§), pois possui um sufixo formador de \_\_\_\_\_.

- a) humanizar / verbo
- b) animalizar / adjetivo
- c) exalar / substantivo abstrato
- d) problematização / substantivo

27) Em “*hegêmonica*” (4º§) há um erro de acentuação. Considerando o necessário para que haja nela correção gramatical, aponte a alternativa que apresenta outro léxico com a mesma regra de acentuação, mas que esteja acentuado de maneira correta dentro de seu contexto discursivo.

- a) A indústria têxtil é rentável.
- b) A lâmpada da sala quebrou.
- c) O cristal âmbar é muito raro.
- d) Eu trânsito muito pelo Centro.

28) Considerando o conteúdo temático, propósito comunicativo, estilo e composição na esfera dos gêneros textuais, aponte a semelhança do conteúdo verbal da tirinha abaixo com o segundo parágrafo do texto.



(QUINO. *Toda Mafalda*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.)

- a) Nos dois exemplos há a etimologia da palavra que é discutida.
- b) Os dois possuem construção textual semelhante a um verbete.
- c) Tanto no parágrafo quanto na tira, faz-se o uso de aspas para delimitar o discurso.
- d) Os dois excertos apresentam a opinião de seus autores após a definição da palavra.

29) Assinale a alternativa que apresenta todas as separações silábicas corretas.

- a) di-ver-si-da-de / a-tri-buir / sig-ni-fi-ca
- b) de-fron-to / a-pa-ren-te-men-te / cons-truí-dos
- c) des-i-gual-da-des / be-ne-vo-len-te / con-sis-te
- d) pro-gres-sis-ta / con-sen-ti-men-to / dis-cur-sos



**30)** Informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma abaixo sobre as classes de palavras no contexto do texto. A seguir, marque a opção com a sequência correta.

- ( ) A palavra “*este*”, utilizada nos 3º e 4º parágrafos, cumpre, nos dois casos, o mesmo papel de pronome demonstrativo.
- ( ) “*Favor*” e “*bondade*”, que ocorrem no 3º parágrafo, são igualmente substantivos. O primeiro masculino e o segundo feminino.
- ( ) O termo “*o*”, em suas duas ocorrências, assim como “*uma*”, ambos no 5º parágrafo, são artigo indefinido e definido, respectivamente.
- ( ) “*Ainda*”, nas duas locuções do 5º e do 6º parágrafo, assume o papel de advérbio de tempo.

- a) V – V – F – F
- b) F – F – V – V
- c) V – V – F – V
- d) F – V – V – F

- 31)** A decretação do estado de defesa, de incumbência do chefe do executivo, se dedica a preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza, é medida aplicável ao instituto, **exceto**:
- a) Vedação ao direito de reunião.
  - b) Incomunicabilidade dos presos.
  - c) Quebra de sigilo da correspondência.
  - d) Emissão de justificativa ao Congresso Nacional.
- 32)** Sobre o poder de tributar conferido à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como às limitações previstas constitucionalmente a eles é correto afirmar que
- a) é permitido utilizar tributo com efeito de confisco.
  - b) podem instituir impostos sobre os serviços uns dos outros.
  - c) é vedada a instituição de impostos sobre periódicos e o papel destinado a sua impressão.
  - d) podem estabelecer diferença tributária entre bens, em razão de sua procedência ou destino.
- 33)** De acordo com as regras acerca da territorialidade quando da aplicação da Lei Penal Militar, tem-se que
- a) só é aplicável ao crime cometido em navios sob comando militar, com exclusão das demais embarcações de porte inferior.
  - b) é aplicável ao crime cometido a bordo de aeronaves estrangeiras bastando que esteja em território nacional.
  - c) não será aplicável ao crime cometido a bordo de aeronave particular, ainda que sob comando militar.
  - d) é aplicável ao crime cometido a bordo de aeronave brasileira mesmo que fora do território nacional.
- 34)** Qual a tipificação aplicável ao crime de deserção?
- a) Deixar de apresentar-se o convocado à incorporação, dentro do prazo que lhe foi marcado, ou, apresentando-se, ausentar-se antes do ato oficial de incorporação.
  - b) Abandonar, sem ordem superior, o posto ou lugar de serviço que lhe tenha sido designado, ou o serviço que lhe cumpria, antes de terminá-lo.
  - c) Ausentar-se o militar, sem licença, da unidade em que serve, ou do lugar em que deve permanecer, por mais de 8 (oito) dias.
  - d) Deixar o comandante de manter a força sob seu comando em estado de eficiência.
- 35)** Constitui medida de segurança em espécie tida por não detentiva e própria da legislação castrense o(a)
- a) inabilitação para o exercício de função pública.
  - b) perda de posto e patente.
  - c) exílio local.
  - d) reforma.
- 36)** Nos conformes do Código de Processo Penal Militar vigente, qual o prazo estipulado para conclusão de um Inquérito Policial Militar?
- a) 45 (quarenta e cinco) dias, se o indiciado estiver solto, sendo permitidas até 03 (três) prorrogações.
  - b) 20 (vinte) dias, se o indiciado estiver preso, contados a partir da execução da ordem de prisão.
  - c) 15 (quinze) dias, se o indiciado estiver preso, contados da data de instauração do inquérito.
  - d) 01 (um) ano, se o indiciado estiver solto, contados da data de instauração do inquérito.
- 37)** No tangente aos atos probatórios no Processo Penal Militar, tem-se que
- a) a desobrigação quanto à produção de provas que incriminem a si mesmo não é recepcionada no Processo Penal Militar.
  - b) o rol de atos probatórios é taxativo, sendo vedados quaisquer outros tipos de prova não elencados.
  - c) o ônus da prova compete a quem alegar o fato, constando prevista possibilidade de inversão.
  - d) são aplicáveis as mesmas restrições probatórias dispostas na legislação civil.



- 38) Quanto ao procedimento de integração quando da constatação de omissões oriundas da aplicação da Lei de Processo Penal Militar, é possível afirmar que
- a) o suprimento pode se dar por meio dos usos e costumes militares.
  - b) fica vedado o uso de jurisprudência gerais e particulares.
  - c) é aplicável o Código de Processo Civil.
  - d) fica vedado o uso de analogia.

- 39) Em conformidade com o teor da Lei Complementar 101 de 4 de maio de 2000, que trata da Responsabilidade Fiscal, associe as duas colunas relacionando as definições básicas acerca da dívida e do endividamento com seus respectivos conceitos. Alguns números não serão usados.

- |   |   |
|---|---|
| (1) Dívida pública consolidada ou fundada | ( ) montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.  |
| (2) Operação de crédito                   | ( ) dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.   |
| (3) Concessão de garantia                 | ( ) compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros. |
| (4) Refinanciamento da dívida mobiliária  | ( ) compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.  |
| (5) Dívida pública mobiliária             |   |

A sequência correta dessa classificação é

- a) 2 – 3 – 4 – 1
  - b) 5 – 2 – 1 – 4
  - c) 1 – 5 – 2 – 3
  - d) 3 – 1 – 5 – 2
- 40) O estado de insolvência se dá toda vez que as dívidas excedem à importância dos bens de um devedor. Quanto à declaração deste estado, em conformidade com o que disposto no Código de Processo Civil de 1973, pode-se afirmar que:
- a) Não prejudica o direito de administração dos bens.
  - b) Suspende o efeito de todas as dívidas declaradas.
  - c) Pode ser requerida pelo próprio devedor.
  - d) Não poderá atingir ao cônjuge.
- 41) Quanto às hipóteses de extinção do processo, conforme disciplinado no Código de Processo Civil de 1973, relacione a coluna da direita com a da esquerda e depois marque a sequência correta nas alternativas abaixo.

EXTINÇÃO DO PROCESSO:

- (1) Com resolução de mérito
- (2) Sem resolução de mérito

HIPÓTESES:

- ( ) Decadência ou a prescrição.
- ( ) Existência de compromisso arbitral.
- ( ) Perempção, litispendência ou coisa julgada.
- ( ) Transação entre as partes.

- a) 1 – 2 – 2 – 1
- b) 1 – 1 – 2 – 2
- c) 2 – 1 – 1 – 2
- d) 2 – 2 – 1 – 1

- 42) Quanto à atuação do Ministério Público no Processo Civil:
- a) terá vistas dos processos em que atuar como fiscal da ordem jurídica, entretanto não será intimado dos atos deles.
  - b) não será responsabilizado civilmente quando do exercício de suas funções, ainda que por dolo ou fraude.
  - c) atuará como fiscal da ordem jurídica em processos que envolvam interesses de incapaz.
  - d) é cerceado de produzir provas nos autos, se limitando à supervisão.
- 43) Qual das características que seguem **não** é perseguida quando dos processos que correm sob a égide dos Juizados Especiais Cíveis, instituídos pela Lei nº 9.099 de 1995?
- a) Formalidade.
  - b) Conciliação.
  - c) Celeridade.
  - d) Oralidade.
- 44) Acerca do que previsto na Lei nº 12.016, de 07 de Agosto de 2009, que disciplina o instituto do mandado de segurança, é assertivo afirmar que
- a) deverá ser impetrado em até 365 dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.
  - b) é cabível a modalidade preventiva pautada no justo receio de violação ao direito líquido e certo.
  - c) direito líquido e certo discutido também deverá ser amparado por *habeas data*.
  - d) trânsito em julgado não impede a concessão de mandado de segurança.
- 45) Do Conselho de Justificação, disciplinado pela Lei nº 5.836 de 5 de dezembro de 1972, tem-se que
- a) o oficial que formula a acusação em face do justificante também pode participar do Conselho de Justificação respectivo.
  - b) destina-se ao julgamento quanto à incapacidade de Oficial das Forças Armadas permanecer na ativa.
  - c) não se aplica ao julgamento de Oficial das Forças Armadas em situação de inatividade.
  - d) oficiais subalternos podem compor o Conselho de Justificação.
- 46) Acerca do disposto no Código Civil vigente quanto à temática domicílio, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma abaixo e, em seguida, marque a alternativa que apresente a sequência correta.
- ( ) O domicílio do preso é o lugar em que este estabelecia sua residência com ânimo efetivo.
  - ( ) O incapaz tem o mesmo domicílio que seu representante ou assistente.
  - ( ) Os Estados, enquanto pessoas jurídicas, têm por domicílio suas respectivas capitais.
  - ( ) O marítimo tem considerado seu domicílio no lugar onde o respectivo navio se encontre.
- a) V – F – F – V
  - b) F – F – F – V
  - c) V – V – V – F
  - d) F – V – V – F
- 47) A respeito das inovações trazidas pelo Código Civil vigente para alguns institutos constituídos na forma e tempo das leis anteriores tem-se que
- a) as associações, sociedades e fundações constituídas antes do Código Civil vigente, não se submeteram a ele, permanecendo vinculadas e reguladas pelas leis anteriores.
  - b) a constituição de enfiteuses e subenfiteuses permaneceu inalterada, passando a se subordinar ao que disposto no atual Código Civil.
  - c) o prazo para adequação das organizações religiosas constituídas antes do Código Civil vigente finalizou no ano de 2007.
  - d) o regime de bens nos casamentos celebrados na vigência do Código Civil anterior é o por ele estabelecido.
- 48) Quanto à invalidade dos negócios jurídicos, segundo o Código Civil vigente, é uma hipótese de anulabilidade dos negócios jurídicos
- a) não revestir a forma prescrita em lei.
  - b) o objetivo de fraudar lei imperativa.
  - c) a incapacidade relativa do agente.
  - d) a ilicitude do objeto.

- 49)** No concernente aos institutos da prescrição e da decadência, é correto afirmar que
- a) a prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.
  - b) os prazos de decadência permitem interrupção e suspensão.
  - c) é vedado o conhecimento de ofício quando da decadência.
  - d) tanto prescrição quanto decadência são renunciáveis.
- 50)** Avalie os itens abaixo, acerca da confissão como meio de prova de fato jurídico.
- I. É revogável.
  - II. Pode ser feita pelo representante nos limites em que este puder vincular o representado.
  - III. Pode ser anulada se decorrente de coação, mas não em caso de erro de fato.
- Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)
- a) I.
  - b) II.
  - c) III.
  - d) II e III.
- 51)** A Constituição Federal de 1988 contempla, em seu art. 37, caput, cinco princípios aplicáveis à administração pública. Qual destes ganhou caráter constitucional a posteriori em relação aos demais, por meio da Emenda Constitucional nº 19 de 1998?
- a) Publicidade.
  - b) Legalidade.
  - c) Moralidade.
  - d) Eficiência.
- 52)** O processo administrativo no âmbito da Administração Federal direta e indireta é regulado pela Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração, dentre os preceitos atinentes se inclui:
- a) O recurso em face de decisão administrativa deverá ser dirigido, de imediato, à autoridade superior à de emissão da decisão.
  - b) Dada a instauração do processo administrativo é vedada a desistência por parte do interessado, sob pena de desrespeito ao princípio da oficialidade.
  - c) Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até um ano para decidir, em conformidade com o princípio da eficiência.
  - d) Serão concluídos depois do horário de funcionamento da repartição de tramitação do processo os atos já iniciados, cujo adiamento prejudique o procedimento regular.
- 53)** Constitui requisito / elemento do ato administrativo a
- a) finalidade.
  - b) imperatividade.
  - c) autoexecutoriedade.
  - d) presunção de legitimidade.
- 54)** A Constituição Federal institui que em caso de atos de improbidade administrativa, o servidor ficará sujeito à suspensão dos direitos políticos, perda da função pública, indisponibilidade dos bens e ressarcimento do erário, na forma e gradação previstas em lei, sendo certo ao respeito desta que:
- a) Seus preceitos não serão aplicados àqueles que não sejam agentes públicos por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função.
  - b) Comprovado ato de improbidade que atente contra o erário estará o responsável por este proibido de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios do Poder Público vitaliciamente.
  - c) O agente público será obrigado a apresentar declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado por decisão judicial motivada.
  - d) É aplicável ao sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente até o limite do valor de sua herança.

- 55) A prefeitura de Açucena-MG decretou estado de calamidade pública após fortes chuvas que causaram deslizamentos de terra, alagamentos e muitas vítimas, ante a situação procedeu com a aquisição de itens imprescindíveis à sobrevivência de todos os afetados, não se valendo para tanto do viés licitatório, disciplinado pela Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, configurando ato
- a) válido, dada subsunção à hipótese de dispensa de licitação devidamente contemplada em lei.
  - b) válido, dada subsunção à hipótese de inexigibilidade de licitação devidamente contemplada em lei.
  - c) inválido, uma vez que para este tipo de situação emergencial é indicado à autoridade competente licitar em rito célere na modalidade convite.
  - d) inválido, uma vez que para este tipo de situação emergencial é indicado à autoridade competente licitar em rito célere na modalidade tomada de preços.
- 56) Figuram dentre as modalidades de restrições do Estado sobre a propriedade privada, **exceto**:
- a) a servidão administrativa.
  - b) a desapropriação.
  - c) o tombamento.
  - d) a enfiteuse.
- 57) Com base na redação da Constituição da República Federativa do Brasil, que dispõe a respeito da organização em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de seus sistemas de ensino, é **incorreto** afirmar que:
- a) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na organização de seus sistemas de ensino, definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.
  - b) os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e de forma exclusiva na educação infantil.
  - c) os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.
  - d) de maneira prioritária, a educação básica pública atenderá ao ensino regular.
- 58) A qual dos objetivos da organização da Seguridade Social se vincula o Poder Público?
- a) Distinção dentre as populações urbanas e rurais.
  - b) Equidade na forma de participação no custeio.
  - c) Redução do valor dos benefícios.
  - d) Base de financiamento única.
- 59) São princípios norteadores das relações internacionais da República Federativa do Brasil:
- I. Vedação ao asilo político.
  - II. Independência nacional.
  - III. Autodeterminação dos povos.
  - IV. Não intervenção.
- Estão corretos apenas os princípios
- a) II, III e IV.
  - b) I, II e III.
  - c) II e IV.
  - d) II e III.
- 60) Apresenta hipótese de perda de mandato aplicável aos parlamentares do Congresso Nacional a
- a) investidura como chefe de missão diplomática temporária.
  - b) investidura no cargo de Ministro de Estado.
  - c) ausência em sessão tida por ordinária.
  - d) suspensão dos direitos políticos.

## **INSTRUÇÕES PARA REDAÇÃO**

- A Prova de Redação valerá grau 10,0000 (dez) e consistirá na elaboração de texto dissertativo-argumentativo, em prosa.
- A Folha de Redação disponibilizada será o único documento válido para avaliação da Prova de Redação, não sendo substituído por erro de preenchimento. Não serão fornecidas folhas adicionais para complementação da redação, devendo o candidato limitar-se ao impresso padrão recebido, que possui 30 (trinta) linhas.
- Recomenda-se que a redação seja escrita em letra cursiva legível. Caso seja utilizada a letra de forma (caixa alta), as letras maiúsculas deverão receber o devido realce.
- Será atribuído o grau 0 (zero) à redação:
  - fora da tipologia textual ou tema proposto;
  - que não estiver em prosa;
  - com número inferior a 100 (cem) palavras (consideram-se palavras todas aquelas pertencentes às classes gramaticais da Língua Portuguesa);
  - com número inferior a 15 (quinze) linhas;
  - com marcas que permitam a identificação do autor;
  - escrita de forma ilegível ou cuja caligrafia impeça a compreensão do sentido global do texto;
  - escrita em outro idioma, que não seja o português;
  - escrita a lápis (total ou parcialmente) ou à caneta que não seja de tinta preta ou azul; e
  - cujos descontos (por erros) somem valores superiores ao grau 10,0000 (dez).

### **Texto I**

#### **FAB vai transportar médicos, índios Yanomami e material de apoio**

*Dois aviões e um helicóptero serão empregados para atender 35 aldeias na fronteira do Brasil com Venezuela*

Médicos voluntários da organização “Expedicionários da Saúde” vão percorrer mais de 3,4 mil km para levar atendimento a índios que vivem na fronteira do Brasil com a Venezuela. O trajeto entre Campinas (SP) e São Gabriel da Cachoeira (AM) será realizado em um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) na próxima sexta-feira (31/07). Só depois de praticamente atravessar o Brasil e pousar no meio da Amazônia iniciará, no sábado (01/08), a Expedição Yanomami, 33ª edição realizada pela instituição qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OCISP), que está sediada no município paulista.

Os profissionais vão levar apoio especializado aos índios da etnia Yanomami que vivem na região dos municípios de Santa Izabel do Rio Negro e São da Gabriel da Cachoeira, chamada de comunidade indígena de Maturacá (AM), distante cerca de 800 km da capital Manaus, na fronteira com a Venezuela. A expectativa é realizar cerca de 1.500 atendimentos e 200 cirurgias em pacientes de 35 aldeias entre os dias 1º e 7 de agosto.

A FAB vai participar da missão com o transporte de médicos, índios e material. Serão empregados os aviões C-105 Amazonas do Esquadrão Arara (1º/9º GAV), sediado em Manaus (AM); o C-99 do Esquadrão Condor (1º/2º GT), sediado no Rio de Janeiro (RJ); e o helicóptero H-60 Black Hawk do Esquadrão Harpia (7º/8º GAV), sediado em Manaus (AM). Estão envolvidos ainda outros 40 militares da Aeronáutica em ações de coordenação, planejamento e apoio.

Para executar esse tipo de procedimento, um centro cirúrgico móvel com modernos aparelhos foi instalado em Maturacá. Os equipamentos foram por via terrestre até Manaus, de onde foram embarcados em avião da FAB. Os coordenadores da Expedicionários da Saúde explicam que é mais interessante levar esse centro até os indígenas do que levá-los até os hospitais, porque assim é possível atender uma grande quantidade de pacientes e não há uma grande intervenção cultural.

(Disponível em: <http://www.fab.mil.br/noticias/mostra/22623/EXPEDI%C3%87%C3%83O-YANOMAMI-%E2%80%93-FAB-vai-transportar-m%C3%A9dicos,-%C3%ADndios-Yanomami-e-material-de-apoio>. Acesso em: 23 abr. 2016.)

## Texto II

### Em defesa das sociedades indígenas

*No Dia Internacional dos Povos Indígenas, na ONU, manifestações em todo o Brasil visam defender os direitos indígenas. Defender as sociedades indígenas é defender a própria existência*

Os povos indígenas, em todo o mundo, enfrentam um grande desafio para sobreviver. Suas terras preservadas estão sempre na mira de grandes interesses, seja mineração, agronegócio, madeira, diversas formas de indústria extrativista e saqueadoras. Há um metabolismo social mundial acelerado, exigindo produtos e mercadorias que são extraídos nas fronteiras de commodities, onde os conflitos são mais expostos e violentos.

O Brasil é uma dessas fronteiras, e não é apenas aqui que os povos indígenas estão sendo pressionados. Mas aqui a situação é uma das mais graves de todas. Em nenhum lugar tantos indígenas estão sendo mortos. Segundo levantamento do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), 563 indígenas foram assassinados no Brasil nos últimos dez anos. Além da bala, há uma assustadora violência estrutural e também epistemológica em curso contra as sociedades indígenas, vistos como o "outro", sempre de maneira inferior e a ser subjugada, vistos como "empecilhos ao desenvolvimento". Agressões cotidianas que convivem com discursos vazios sobre o "bom selvagem" do imaginário.

Os índios não são nossos "irmãos", nem são os "outros". Os índios somos nós mesmos. É como cantou Fagner, "Somos todos índios", ou disse o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, "no Brasil todo mundo é índio, exceto quem não é". E todos nós estamos sendo trucidados. As sociedades no Brasil, sejam indígenas ou não, estão submetidas a rígidos mecanismos de controle cada vez mais autoritários, que disciplinam a própria possibilidade de existir. Nesse sentido, defender as sociedades indígenas é uma defesa da sociedade.

(MILANEZ, Felipe. Em defesa das sociedades indígenas. Carta Capital, 09 ago. 2013. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-milanez/em-defesa-das-sociedades-indigenas-9518.html>. Acesso em: 23 abr. 2016.)

## Texto III

### TÍTULO I

#### *Dos Princípios e Definições*

[...]

Art. 2º Cumpra à União, aos Estados e aos Municípios, bem como aos órgãos das respectivas administrações indiretas, nos limites de sua competência, para a proteção das comunidades indígenas e a preservação dos seus direitos:

- I - estender aos índios os benefícios da legislação comum, sempre que possível a sua aplicação;
- II - prestar assistência aos índios e às comunidades indígenas ainda não integrados à comunhão nacional;
- III - respeitar, ao proporcionar aos índios meios para o seu desenvolvimento, as peculiaridades inerentes à sua condição;
- IV - assegurar aos índios a possibilidade de livre escolha dos seus meios de vida e subsistência;
- V - garantir aos índios a permanência voluntária no seu habitat, proporcionando-lhes ali recursos para seu desenvolvimento e progresso;
- VI - respeitar, no processo de integração do índio à comunhão nacional, a coesão das comunidades indígenas, os seus valores culturais, tradições, usos e costumes;
- VII - executar, sempre que possível mediante a colaboração dos índios, os programas e projetos tendentes a beneficiar as comunidades indígenas;
- VIII - utilizar a cooperação, o espírito de iniciativa e as qualidades pessoais do índio, tendo em vista a melhoria de suas condições de vida e a sua integração no processo de desenvolvimento;
- IX - garantir aos índios e comunidades indígenas, nos termos da Constituição, a posse permanente das terras que habitam, reconhecendo-lhes o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes;
- X - garantir aos índios o pleno exercício dos direitos civis e políticos que em face da legislação lhes couberem.

(BRASIL. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6001.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm). Acesso em: 23 abr. 2016.)

### TEMA DA REDAÇÃO

Com base nos textos motivadores, produza um texto dissertativo-argumentativo tendo como tema:

**“Deveres cívicos e militares na defesa da integridade física e cultural dos povos indígenas brasileiros”.**



REDAÇÃO

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30







## LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

1. Este Caderno de Questões contém 01 (uma) prova de GRAMÁTICA e INTERPRETAÇÃO DE TEXTO, composta de 30 (trinta) questões objetivas, numeradas de 01 (um) a 30 (trinta); 01 (uma) prova de CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS, composta de 30 (trinta) questões objetivas, numeradas de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta); e uma página de rascunho para redação.
2. Ao receber a ordem do Chefe/Fiscal de Setor, **confira**:
  - ✓ se a numeração das questões e a paginação estão corretas;
  - ✓ se todas as questões estão perfeitamente legíveis. Sendo detectada alguma anormalidade de impressão, solicite imediatamente ao Chefe/Fiscal de Setor a substituição deste Caderno;
  - ✓ se a “**VERSÃO**” da prova e a “**ESPECIALIDADE**” constantes deste Caderno de Questões correspondem aos campos “**VERSÃO**” e “**ESPECIALIDADE**” contidos em seu **CARTÃO DE RESPOSTAS**; e
  - ✓ se o número do Cartão de Respostas corresponde ao número constante do VERSO da Folha de Redação.
3. O Caderno de Questões pode ser utilizado livremente como rascunho (para cálculos, desenhos etc.).
4. Os candidatos **não** devem identificar/assinar a Folha de Redação.
5. Iniciada a prova, é vedado formular perguntas.
6. **Não** é permitido ao candidato, sob pena de exclusão, realizar a prova portando (junto ao corpo ou sobre a mesa) óculos escuros, telefone celular, relógio de qualquer tipo, gorro ou “bibico”, bolsa ou similar, livros, anotações, folhas avulsas de qualquer tipo e/ou anotações (inclusive o Cartão de Inscrição), calculadora, protetores auriculares, uso de aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registros eletrônicos e/ou quaisquer dispositivos, bem como aparelhos eletrônicos que recebam, transmitam ou armazenem informações, além dos previstos nas IE do Exame. Os objetos são de responsabilidade do candidato.
7. No **CARTÃO DE RESPOSTAS**, preencha apenas **uma alternativa (a, b, c ou d) de cada questão, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta**, conforme instrução contida no próprio Cartão de Respostas.
8. A questão não assinalada ou com marcação dupla (ou mais de uma opção), rasurada emendada, borrada, ou que vier com outras formas de marcação em desacordo com as instruções para preenchimento, será **considerada incorreta**.
9. Tenha muito cuidado com o seu Cartão de Respostas e com a sua Folha de Redação para não amassá-los, molhá-los, dobrá-los, rasgá-los, manchá-los, ou, de qualquer modo, danificá-los. O Cartão de Respostas e a Folha de Redação **não** serão substituídos.
10. **A prova terá a duração de 4 (quatro) horas e 20 (vinte) minutos.**
11. Recomenda-se ao candidato iniciar a marcação do Cartão de Respostas nos últimos 20 minutos do tempo total de prova.
12. Por razões de segurança e sigilo, uma vez iniciadas as Provas, o candidato deverá permanecer **obrigatoriamente** no Setor de Provas por, no mínimo, **2 (duas) horas** após o seu início. O Caderno de Questões só poderá ser levado pelo candidato que permanecer no Setor de Provas por, no mínimo, **4 (quatro) horas**.
13. Em nenhuma hipótese, o candidato poderá se ausentar Setor de Provas levando consigo seu Cartão de Respostas, sua Folha de Redação ou qualquer folha de respostas que lhe tenha sido entregue.
14. É obrigatório que o candidato assine a Relação de Chamada, o Cartão de Respostas e entregue o Cartão de Respostas e a Folha de Redação.
15. A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente Caderno de Questões, no Cartão de Respostas e nas Instruções Específicas (IE) poderá implicar a **não** correção de sua prova e a sua exclusão do Exame de Admissão.

